

## **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A BANDES

Pregão BANDES Eletrônico: 2019/006

Processo Administrativo: 063/2019

### **Impugnante: CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA EPP**

**Ao Sr. Pregoeiro,**

**CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA EPP**, empresa privada inscrita no CNPJ sob o n.º 38.027.876/0001-02, com sede na SHCGN CLR QD 715 BL B NR 45 SALA 101, Brasília/DF, CEP: 70.770-512, vem, respeitosamente, perante V. Sa, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** de menor preço global, sob o regime de contratação por preço unitário, em epígrafe, pelos fundamentos demonstrados nesta peça.

### **I - OBJETO DA LICITAÇÃO.**

A licitação em referência tem por objeto a *“prestação de serviços técnicos profissionais em avaliações de bens imóveis urbanos e serviços correlatos”*.

A presente impugnação refere-se a questão pontual que vicia o ato convocatório, uma vez que não condiz com o estabelecido na lei 13.303/2016, condição está essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

### **II - FUNDAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

#### **A – DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE**

No título: Qualificação Técnica do Profissionais temos que o Edital estabelece no item 14.3.1 que os laudos de avaliação devem ser de imóveis localizados apenas no Espírito Santo, vejamos:

14.3.1. Apresentar 03 laudos de avaliação completos de imóveis urbanos **localizados no Espírito Santo**, nos quais se tenha utilizado interferência estatística, elaborados segundo a norma NBR 14653-2, onde se tenha atingido no mínimo grau de fundamentação II, acompanhados das respectivas ART ou RRT.

Porém, a exigência de que os laudos de avaliação sejam de imóveis localizados do Espírito Santo não encontra qualquer respaldo no Edital ou na Lei, uma vez que o engenheiro civil é profissional habilitado para avaliar bens imóveis em qualquer Estado da Federação Brasileira, assim o que precisa apenas ser comprovado é que o profissional possui experiência em avaliação de imóveis, independentemente de onde o imóvel avaliado esteja situado.

Frisa-se que o profissional que avalia bens imóveis em Brasília/DF ou em qualquer outro Estado pode perfeitamente avaliar bens imóveis do Espírito Santo.

Por fim, registra-se ainda que não há nenhuma especificidade descrita no Edital que justifique essa restrição.

Desta maneira, exigir que os imóveis dos laudos de avaliação sejam exclusivamente do Espírito Santo, torna o Edital eivado de vício, uma vez que a Lei 13.303/2016 no *caput* do art. 31 traz a exposição expressa de que a Licitação observará obrigatoriamente entre outros princípios o princípio da obtenção de competitividade:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, **devendo observar os princípios** da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, **da obtenção de competitividade** e do julgamento objetivo.

Diante o exposto o Edital merece ser reformado para se adequar ao dispositivo legal.

### **III - REQUERIMENTOS**

Em síntese, requer que seja analisado o ponto detalhado nesta impugnação, com a **correção necessária** do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Requer, caso não corrigido o edital no ponto ora invocado, seja mantida a irresignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Pelo que **PEDE DEFERIMENTO**,

Brasília/DF, 01 de julho de 2019.

**CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA EPP**  
CNPJ sob o n.º 38.027.876/0001-02